



UM OLHAR ACERCA DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS NAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA PARAENSE¹

Kelly Moraes de Almeida (1); Izabela Sousa da Costa (2); Salomão Antônio Mufarrej Hage (3).

Acadêmica do curso de Pedagogia e bolsista PIBIC/CNPq (1); Acadêmica do curso de Pedagogia e bolsista PIBIC/CNPq (2)

(1) Universidade Federal do Pará/UFPA – email: Kelly-moraes@outlook.com; (2) Universidade Federal do Pará/UFPA – email: izabela.costa95@gmail.com; (3) Universidade Federal do Pará/UFPA – email: salomao_hage@yahoo.com.br

RESUMO:

Abordamos o território extrativista e a Educação do Campo e suas perspectivas no âmbito do território extrativista e como os movimentos sociais estão agindo dentro desse território, se as escolas públicas que estão inseridas nestas comunidades estão sendo assistidas pelas Políticas Educacionais existentes no país. A educação do campo possui inúmeros critérios a serem discutidos que precisam ser recapitulados e analisados para o próprio entendimento da escola e dos sujeitos que dela participam. Por isso, faz-se necessário compreender a educação do campo em todos os seus âmbitos, seja de estruturas físicas ou pedagógicas. O extrativismo é visto como opção viável para o desenvolvimento da Amazônia, os sujeitos que residem nas Resex vêm na floresta a sua morada, um ambiente que eles conhecem e se sentem acolhidos, assim a Resex é considerada por estes sujeitos como um objeto de seu saber e de suas crenças e fonte de sua sustentabilidade. Entendemos que a escola deve trazer para a comunidade extrativista a oportunidade de não apenas ter acesso à escola, mas o mais importante, a oportunidade de participar e permanecer nela, se vendo inserido tanto no currículo quanto no processo de ensino, no que se referem às políticas públicas que assistem essas comunidades muitas vezes não o fazem na sua totalidade, deixando assim esses sujeitos desamparados de seus direitos legais, principalmente quando se fala de Educação. Para os extrativistas o ponto central da educação na Resex é melhorar a vida dentro da comunidade, e a escola é a ponte para que isso aconteça. Uma escola que olhe as especificidades do sujeito extrativista, que ensine, mas que o aluno se veja como sujeito daquilo que está sendo ensinado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Território. Reserva Extrativista. Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO:

Abordamos a Educação do Campo e suas perspectivas no âmbito do território extrativista e como os movimentos sociais estão agindo dentro das Resex, se as escolas públicas que estão inseridas nestas comunidades estão sendo assistidas pelas Políticas Educacionais existentes no país. A Amazônia é um território com características próprias, quando se fala da intervenção das populações tradicionais nos ecossistemas naturais, esses sistemas de manejo estão fundados na

¹ Trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – Geperuaz, da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, coordenado pelo Prof^o Dr^o Salomão Antônio Mufarrej Hage.



cultura tradicional das populações amazônicas, que favorecem na maioria das vezes uma relação de harmonia com a natureza. As populações que vivem na floresta e nas águas têm, em função de sua territorialização e da forte influência do meio natural, um modo de vida e uma cultura diferenciada. Essa relação do homem com a natureza, presente tanto na prática de produção quanto nas representações simbólicas do ambiente, permite que tais sociedades acumulem vasto conhecimento sobre os recursos naturais, e neste processo a escola é primordial, oferecendo uma educação de acordo com a realidade destes sujeitos.

A educação do campo possui inúmeros critérios a serem discutidos que precisam ser recapitulados e analisados para o próprio entendimento da escola e dos sujeitos que dela participam. Por isso, faz-se necessário compreender a educação do campo em todos os seus âmbitos, seja de estruturas físicas ou pedagógicas. É preciso conhecer as especificidades as quais marcam os povos que serão atendidos por essa modalidade de educação. Assim, pode-se propor uma educação que atenda as suas necessidades.

Os movimentos que lutam por melhorias na educação do campo têm se intensificado nos últimos anos e por meio de seminários, conferências e ações de mobilização lutam pra que essa Educação venha ser de qualidade. Mas segundo o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS (2010);

Quase nada foi feito até hoje, pelo poder público, no campo da educação. A iniciativa mais conhecida, o Projeto Seringueiro, criado por Chico Mendes, em 1981, em Xapuri, [...]. Escolas do ensino fundamental têm se multiplicado nos últimos anos dentro das Resex e RDS. São instalações precárias, com professores despreparados, recebendo baixos salários e sem condições de preparar crianças e jovens para a função que deverão assumir no futuro: a de gestores da maior floresta tropical do planeta (p.6).

Conforme demonstrado na cartilha do CNS, podemos perceber algumas dificuldades enfrentadas pelas comunidades extrativistas, mediante isto este trabalho tem como objetivo verificar as Reservas Extrativistas existentes no Estado do Pará e realizar um diagnóstico das escolas existentes nesse território considerando as informações disponíveis no Censo Escolar do INEP, ampliando o olhar acadêmico sobre esse sujeito.

RESULTADOS:

Este resumo deriva-se do plano de trabalho “Educação nas Comunidades Extrativistas da Amazônia Paraense: desafios e possibilidades.”, sob a orientação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia - GEPERUAZ, do Instituto de Ciências da Educação/UFPa. Temos como objetivo principal compreender a temática e aprofundar os conhecimentos acerca das populações extrativistas e seus



processos educacionais, fundamentando-se em levantamento bibliográfico e legislações, buscando maior entendimento sobre o nosso objeto de estudo.

Nossa pesquisa identificou 16 Reservas Extrativistas no Estado do Pará, observamos que as Resex existentes no Estado têm em média 12 anos de criação. As Reservas Extrativistas foram instituídas pelo Decreto 98.89730, de 30 de janeiro de 1990, que a define como *"espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista"*, devendo ser criadas pelo Poder Executivo em *"espaços territoriais de interesse ecológico e social"*:

A lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, trouxe reforço institucional para as Reservas Extrativistas (Resex), incluindo-as entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Aprimorou a sua conceituação, definindo-as em seu art. 18 como *"área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade"* (CNS, 2010, p. 5)

O extrativismo é visto como opção viável para o desenvolvimento da Amazônia, os sujeitos que residem nas Resex vêm na floresta a sua morada, um ambiente que eles conhecem e se sentem acolhidos, assim a Resex é considerada por estes sujeitos como um objeto de seu saber e de suas crenças e fonte de sua sustentabilidade. Deste modo, segundo Do Rêgo (1999) o cultivo, criação, artesanato são atividades extrativistas desde que se harmonize com valores, crenças e costumes da população extrativista e com as características do seu ambiente natural. Tais atividades devem se basear também na exploração de espécies animais e vegetais da floresta; integrar o sistema de valores do trabalhador extrativista; inserir-se na organização do espaço existente no extrativismo; incluir sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e tradições dos trabalhadores desse território; harmonizar-se com os hábitos dos processos de trabalho extrativistas.

No que se referem às políticas públicas que assistem essas comunidades muitas vezes não o fazem na sua totalidade, deixando assim esses sujeitos desamparados de seus direitos legais, principalmente quando se fala de Educação;

Nas Resex, a educação é sempre colocada em segundo plano. Ninguém pergunta quem é o professor dessas escolas, ninguém sabe, ele não tem cara. É preciso pensar nos professores que já estão inseridos na realidade da floresta, desempenhando seu papel há muitos anos. Esses, normalmente, não são foco de nenhuma capacitação que, realmente, faça com que se sintam autônomos. Então, é essa autonomia que deve ser buscada na floresta. Deve haver um curso de formação para os professores, englobando os conteúdos específicos da realidade do extrativismo [...] Há um capital humano a ser trabalhado; o número de escolas por Resex é significativo, assim como a quantidade de professores. Isso apresenta um grande potencial de mobilização e de influência se for oferecida capacitação adequada. (Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, 2010)



Durante a pesquisa identificamos cerca de 87 escolas no site do INEP, que estão localizadas no território das Unidades de Conservação e Uso Sustentáveis – UC, existentes no Estado do Pará. O INEP não separa por categoria de UC, mas analisando os dados disponíveis no site observamos que a realidade das escolas que fazem parte dessas unidades não difere, suas realidades e dificuldades são parecidas, pois identificamos que as escolas não ofertam a EJA (Educação de Jovens e Adultos), a merenda escolar é precária e de má qualidade e em muitas escolas não existe, o Ensino Médio também não é ofertado na maioria delas, no entanto, todas as escolas analisadas ofertam o Ensino fundamental.

A realidade dessas escolas é muito precária, o número de funcionários é pequeno e os professores na sua grande maioria não são oriundos das comunidades e isto é um grande problema, porque segundo o Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, os professores vêm com “vícios” urbanos e acabam por influenciar no aprendizado e desenvolvimento da cultura dos alunos, sendo que o currículo deveria ser pensado de acordo com as especificidades de cada territorialidade respeitando as demandas sociais próprias das comunidades, para o CNS o conhecimento da tradição extrativista está se perdendo e a escola precisa resgatar e ensinar o que antes se aprendia na família:

A pessoa da castanha, em janeiro, ela não pode estar na escola; a pessoa da pesca, quando a lua está cheia não pode ir para a escola; para os seringueiros, talvez, o pior tempo para ir para a escola é o mês de junho, que é quando ele tem que ir para a estrada de seringa, carregar água para o pai beber, porque a floresta já secou. Então, se a proposta combinar essa diversidade com essa visão será formulado um projeto bastante diferente para apresentar para a sociedade. O jovem que chega hoje na escola, ele conhece menos árvores do que aquele de 10 anos atrás. Esse jovem que não se socializa na floresta fica com medo dela. O conhecimento tradicional está se perdendo de tal forma que a escola, agora, vai ter de ensinar aquilo que antes ele aprendia, normalmente, na família. É impressionante o efeito da cultura universal na vida das pessoas, mesmo nos lugares mais distantes. (CNS, 2010, p. 9)

Para os extrativistas o ponto central da educação na Resex é melhorar a vida dentro da comunidade, e a escola é a ponte para que isso aconteça e o professor tem um papel primordial no contexto dessa escola. Uma escola que olhe as especificidades do sujeito extrativista que ensine, mas que o aluno extrativista se veja como sujeito daquilo que está sendo ensinado;

O currículo é espaço, território e relação de poder. Quando, dentro da floresta, não se ensina como se deu a luta pela criação das unidades de conservação, relacionada à produção de cada Resex, a história das Resex vai se perdendo ou vai se tornando como a história do Brasil ministrada atualmente, onde os pormenores, os detalhes, o vivido ficam de fora. Formular uma nova pedagogia é o primeiro passo, porque a partir dela irá se criar a escola que se faz necessária, de modo que as pessoas que estão lá passem a compreender porque estão ali dentro. Não que se vá fugir completamente da grade curricular, dos currículos formais, que também são necessários. Mas a flexibilidade tem que ser trabalhada; porque na matemática não se ensina pesar borracha, medir açai, pesar



ABAETETUBA-PA

castanha? [...] É com a produção que vai se formar o cidadão consciente. Quando os professores usam coisas que vêm prontas, a maioria das crianças faz o que está escrito no papel, esquecendo completamente do contexto em que ela vive. [...] Restringe-se esse conhecimento de forma bastante acentuada quando se importa um currículo pronto, de fora, porque quando este chega nas Resex é completamente diferente da realidade ali vivenciada. O currículo tem que ser construído e reconstruído a partir da vivência cotidiana. A legislação brasileira é muito clara, permitindo ampla flexibilidade na formulação do currículo e do conteúdo, podendo-se, inclusive, criar disciplinas. Pode-se fazer férias no período da safra, suspender aula, desde que se cumpra uma carga horária durante o ano letivo; isso é legislação, está lá na lei e é garantido. O entrave é a falta de preparo das pessoas que trabalham com a educação. (CNS, 2010, p. 10)

Apesar desse modelo dominante de ensino e educação prevalecer atualmente, iniciativas como a Educação do Campo tem sustentado uma luta no sentido contra hegemônico ao modelo vigente.

Na cartilha feita pelo CNS em 2010 com o tema “Proposta de uma nova política de educação na floresta”, o Secretário – coordenador da SECAD ([Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade](#)) na época, André Lázaro, disse que “o ponto de partida para esta política é um acordo político definido por ele nos seguintes termos”:

Uma vez que as reservas têm natureza jurídica, identidade jurídica, tão firme quanto a floresta, o MEC pode ter um **Programa de Educação para as Reservas Extrativistas**. Porque a reserva é uma unidade da gestão pública brasileira. Uma recomendação que pode ser entregue ao Ministro da Educação, é que seja feita uma proposta para que o MEC tenha um **Programa de Educação Específico para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável**. Isso é pertinente, é adequado, juridicamente coerente. Então, tem que ter um programa de educação para formar professores, produzir material didático, fortalecer o projeto político pedagógico da escola, de acordo com as diretrizes definidas. (p. 17)

Compreendemos que muitos passos já foram dados na perspectiva da Educação, o que não significa dizer que todos os objetivos foram alcançados. É preciso permanecer na luta por direitos e valorização do campo para avançar cada vez mais em busca de uma educação que valorize a cultura e a diversidade nele.

CONCLUSÃO:

A realidade das Reservas extrativistas e a luta dos sujeitos desse território por melhorias e políticas públicas que atendam suas demandas, que a busca pela qualidade e por uma educação do campo, que se faça no campo e para o campo, é sem dúvida o desejo de todos que lutam e participam do Movimento de Educação do Campo. Apesar dos desafios, o povo do campo sempre seguiu motivado para reivindicar mudanças e melhorias na educação.

Entendemos que a escola deve trazer para a comunidade extrativista a oportunidade de não apenas ter acesso à escola, mas o mais importante, a oportunidade de participar e permanecer nela, se vendo inserido tanto no currículo quanto no processo de ensino. É preciso romper com as



dificuldades históricas que marcaram a educação extrativista e fazer com que se concretizem de fato o acesso e a permanência dos alunos nas escolas.

O campo mais do que um espaço de produção e agricultura, é um lugar onde há vida, onde há saberes, tradição, relações entre os sujeitos, e entre eles e a natureza. É por meio dessa compreensão que se pôde identificar as principais características dessa população que vive nesse território, e explicitá-las para que os governantes consigam dirigir a eles políticas públicas que atendam as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. A. M. de. **O projeto Reservas Extrativistas e as políticas públicas para as populações extrativistas da Amazônia, o caso do estado do Acre.** 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003;

CAETANO, Vivianne Nunes Da Silva. **Educação Do Campo E A Prática Pedagógica Em Classes Multisseriadas.** Clube de Autores, 2010;

CUNHA, C. C. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990.** 2010. 308 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010;

Conselho Nacional dos Extrativistas – CNS, **Proposta de uma política de Educação na floresta,** Brasília, dezembro de 2010;

CUNHA, LH de O. Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. **Encontro dos povos do Vale do Ribeira,** 2001;

DO RÊGO, José Fernandes. Amazônia: **do extrativismo ao neoextrativismo.** Ciência hoje, v. 25, n. 146, p. 62-65, 1999;

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. Educação do campo: **a trajetória de um projeto de mudanças para os povos do campo.** Revista de Educação Popular, v. 11, n. 2, 2013;

<http://inep.gov.br/web/guest/censo-escolar> - Acesso em 16/02/2017

<http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=241> Acesso em 13/02/2017;

<http://memorialchicomendes.org/projeto-sanear-amazonia/-acesso> Acesso em 12/07/2017.